



# CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,  
Pequenas e Médias Empresas

## INDÚSTRIA PORTUGUESA *Desafios do futuro!*

O dados conhecidos do actual contexto socioeconómico revelam as grandes fragilidades do sector produtivo nacional: A economia Portuguesa assemelha-se cada vez mais a uma máquina decadente, de rodas paradas em engrenagem caduca.

O Banco de Portugal, entidade insuspeita, acaba de publicar (Novembro de 2015) a **“Análise Sectorial das Sociedades não Financeiras em Portugal 2010 – 2015”**, que prova o que atrás se afirma.

Refere este documento que “Das 390 mil empresas em actividade em Portugal, em 2014, 89% eram microempresas. As grande empresas, embora representassem 0,3% do número de empresas, geram a maior parcela do Volume de Negócios (43%). Por comparação a 2010, é de salientar o aumento do número relativo de microempresas (2 p.p.) ...”

E adianta “Por sectores de actividade económica, 74% das empresas pertenciam aos sectores dos serviços (comércio e outros serviços), tendo sido responsáveis por 60% do volume de negócios. A estrutura sectorial, em número de empresas, sofreu poucas alterações em comparação com 2010...”

Ou ainda “Em 2014, o número de empresas em actividade em Portugal aumentou perto de 2% face a 2013, destacando-se as microempresas e o sector da agricultura e pescas. Quanto aos indicadores de actividade, o volume de negócios registou um crescimento ligeiramente acima de 2% em 2014, depois de ter decrescido marginalmente em 2013”

E no que toca a exportações refere “O aumento da exposição ao mercado externo tem sido evidenciado pelo peso crescente do sector exportador no total das empresas, com destaque para as regiões do Minho, Douro Litoral e Beira Alta. Apesar da dinâmica registada os últimos anos pelo sector exportador, uma parcela muito significativa das exportações nacionais é assegurada por um conjunto relativamente estável de empresas”

No contexto recessivo em que o País mergulhou, são as MPE que mais, intensamente, sofrem o impacto da quebra do consumo interno de que dependem quase em absoluto.



# CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,  
Pequenas e Médias Empresas

Com a menor procura, as margens descem, o risco sobe, o crédito torna-se inacessível e o desemprego inevitável.

Entretanto a carga fiscal sobe e a receita pública desce...

Este ciclo vicioso e asfixiante atirou para a insolvência um número crescente de empresas do sector industrial.

Aos Micro e Pequenos Empresários, bem como aos trabalhadores atingidos pela insolvência dessas empresas, se é verdade que lhes tem restado como porta de saída a emigração, não é menos verdade que, cada vez mais, essa porta se fecha, empurrada pela crise que alastra em toda a Europa.

## **Situação do tecido empresarial:**

Desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia que a indústria nacional viu reduzido o seu peso na economia. Primeiro com uma política assumida de destruição da indústria pesada, depois, também, e por consequência, com o desmoronar de muita indústria ligeira.

Embora seja um fenómeno recorrente na maior parte das economias europeias, atingiu, contudo, uma expressão muito mais profunda em Portugal, onde a velocidade de desindustrialização foi cerca de quatro vezes superior à média europeia.

De recordar que no início da década de oitenta, o peso da indústria no PIB em Portugal era então o 2.º maior da Europa comunitária.

Somente nos últimos anos é que se começou a verificar uma melhoria do perfil da especialização da indústria, com perda dos sectores tradicionais e um pouco maior protagonismo de sectores e produtos com maior incorporação científica e técnica.

Trata-se, contudo, de uma tendência ainda débil e porventura encerrando alguns efeitos perversos sobre o valor acrescentado nacional, decorrentes da estratégia global das multinacionais.

Estes e outros fenómenos constituem traços daquilo que poderemos designar por uma política antiindustrial, prosseguida pelos sucessivos governos em clara ligação orgânica com os grupos económicos de capital multinacional, os quais, com raríssimas excepções – pasta de papel, cimentos e algumas químicas –, não investem na indústria.

As políticas fiscais, de crédito e de apoios comunitários têm discriminado pela negativa as micro, pequenas e médias empresas, provocando enormes dificuldades à modernização que gera competitividade, tornando assim

Praça da República, Nº 12 - 2840 - 486 Seixal Telf.: 212 276 100 Fax: 212 276 102

[www.cppme.pt](http://www.cppme.pt) - [facebook.cppme](https://facebook.cppme) - [cppme.blogspot](http://cppme.blogspot) - [cppme@cppme.pt](mailto:cppme@cppme.pt)



# CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,  
Pequenas e Médias Empresas

quase impossível a concorrência com as suas congéneres da UE. Neste caso, também no âmbito do mercado interno comunitário, as empresas industriais portuguesas têm tido enormes dificuldades para se impor, com excepção do calçado e dos moldes.

A perda do peso da indústria aos níveis a que se chegou, o perfil de especialização industrial em que nos quedamos e a não protecção da produção nacional industrial, constituem razões fortes do perigoso e galopante crescimento do défice da balança corrente, esse sim, grande e estrutural problema da economia portuguesa.

Uma indústria transformadora e robusta, apresentando uma elevada produtividade e competitividade, é absolutamente vital ao país e constitui inequivocamente um pilar fundamental do desenvolvimento, enquanto instrumento capaz de produzir uma vasta e diversificada panóplia de bens materiais, dando sustentabilidade e saúde a toda a economia.

Sem por cobro à concorrência desleal que sofrem as MPME portuguesas no sector industrial, sem crescimento e desenvolvimento económico, sem valorização do aparelho produtivo, sem repensar as políticas económicas, monetárias e sociais, não rompemos com o ciclo vicioso de crise, a que o País foi conduzido.

- **O País precisa claramente** de uma política industrial, com objectivos estratégicos claros, com meios disponíveis e com uma programação adequada;
- **O País precisa também** de definir uma estratégia de desenvolvimento da indústria, utilizando plenamente os recursos nacionais e orientando o desenvolvimento da produção industrial segundo critérios de interesse nacional;
- **O País precisa ainda** de promover a substituição de produtos importados por produtos de produção nacional, em apoio à actividade industrial e às micro, pequenas e médias empresas;
- **O País precisa de imediato** que o Portugal 2020, seja direccionado para o tecido produtivo e para o desenvolvimento nacional.

Face a uma situação de inquestionável alarme, **a CPPME, única Confederação Empresarial Nacional que, em exclusivo, se empenha na defesa dos legítimos interesses das Micro Pequenas e Médias Empresas, não pode deixar de, com toda a legitimidade e veemência, reclamar.**



# CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,  
Pequenas e Médias Empresas

- 1 - A retoma da actividade económica, centrada no mercado interno nacional, assumindo assim o imprescindível sentido social resultante da consequente dinamização das empresas que, com esse mercado, mantêm uma relação de, quase absoluta, interdependência. É inevitável reconhecer que as micro e as pequenas empresas, espaço de actividade da maioria esmagadora de empresários e trabalhadores, não podem deixar de significar, em Portugal, o maior protagonismo quer na produção quer no consumo.**
- 2 - A defesa e incremento do aparelho produtivo nacional, com destaque para o sector industrial.**
- 3 - O aproveitamento e valorização interna dos recursos endógenos do solo, do subsolo e do mar, através da sua transformação.**
- 4 - A modernização das formas de gestão e qualificação de empresários e trabalhadores, das indústrias tradicionais, com vista ao acréscimo da sua produtividade e competitividade.**
- 5 - O fortalecimento das indústrias de alta tecnologia, as chamadas indústrias modernas, que incorporem em grande escala Conhecimento e Tecnologia – C&T e naturalmente valor acrescentado.**
- 6 - O reforço da componente de Investigação e Desenvolvimento – I&D na indústria, seja através do reforço do papel dos laboratórios do Estado, centros de investigação e outros de apoio directo ou indirecto à indústria, seja particularmente a nível do ainda débil aparelho de investigação das próprias empresas.**
- 7 - O desenvolvimento de tecnologias de processo e de produto e meios de produção associados, naquelas indústrias onde tenhamos competitividade distintiva, com vista à diminuição do défice da balança tecnológica, seja nas perspectiva da substituição de importações, seja mesmo da exportação de tecnologia, como já ocorre nalguns sectores, por exemplo: os moldes e o calçado.**
- 8 - A aprovação de critérios de fixação de taxas de juro das operações activas que discriminem positivamente as MPME.**
- 9 - A criação e implementação de práticas de cooperação que poderão abranger empresas de ramos económicos distintos.**
- 10 - A definição de rotas de desenvolvimento espacial que estimulem o crescimento económico das regiões mais deprimidas na esteira de uma mais equilibrada distribuição demográfica e de uma maior optimização de recursos, com resultados em termos de eficiência e produtividade. Importa**

Praça da República, Nº 12 - 2840 - 486 Seixal Telf.: 212 276 100 Fax: 212 276 102

[www.cppme.pt](http://www.cppme.pt) - [facebookcppme](https://facebookcppme) - [cppme.blogspot](http://cppme.blogspot) - [cppme@cppme.pt](mailto:cppme@cppme.pt)





# CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,  
Pequenas e Médias Empresas

destacar que o desenvolvimento local e regional, de especial relevância para as micro e pequenas empresas, não pode continuar a ser gravemente comprometido, como o tem sido nos últimos anos, em consequência do estrangulamento financeiro a que o poder local tem sido sujeito, fruto de opções políticas erradas.

11 - O aproveitamento e dinamização dos inúmeros Parques Industriais, que foram criados por todo o País, com fundos comunitários, que estão subaproveitados e aguardam políticas específicas para a sua plena ocupação e rentabilidade.

### **São ainda necessárias medidas políticas no âmbito:**

a) Da acção reguladora, tão inédita quanto urgente, do governo, que barre o caminho à especulação, monopolista ou de impunes cartéis, de que são exemplos paradigmáticos os fornecimentos de combustíveis e de energia eléctrica. Todos estes factores de produção, que escapam ao controlo dos empresários e dos trabalhadores, constituem o verdadeiro obstáculo à desejada competitividade das nossas indústrias promotora de condições objectivas à recuperação da Economia.

b) Da intervenção do poder político junto dos operadores financeiros (privados ou públicos) para que a banca, assumindo o risco mínimo, contribua, minimamente, para o máximo que só a actividade produtiva pode assegurar à população de um País. É inadmissível que dinheiro que hipoteca o futuro dos Portugueses esteja a ser drenado, em mais de 90%, para a ociosa especulação bolsista. É urgente que, pelo menos, através da CGD, aos MPE, com unidades industriais capazes de contribuir para a riqueza Nacional e o emprego, seja garantido, de novo, o acesso ao crédito que reabilite e/ou reactive a produção. É, não menos, urgente a regularização das dívidas do Estado e das Autarquias às empresas, salvaguardando prioridade à facturação mais antiga e de menor valor.

c) Da moralização da política fiscal que, sistematicamente, vem agravando o fosso que separa a minoria privilegiada, que controla o tráfego da mercadoria "dinheiro", da maioria da população portuguesa, cada vez mais, taxada, descontrolada e empobrecida. A moralização reclamada, por imperativo ético e económico, passa, essencialmente por redução generalizada das taxas de IVA, por dedução de impostos sobre rendimentos na aquisição de bens que contribuam para minorar a dependência do país de que é exemplo a área de energias renováveis, por criação de incentivos fiscais ao investimento industrial nas zonas mais deprimidas, por anulação do PEC (pagamento especial por conta) porque presume indevidamente fazendo pagar à maioria das MPME mais do que o estabelecido em sede de IRC e, do PPC (pagamento por conta) porque este constitui uma antecipação injustificável do pagamento sobre resultados de exercícios não

Praça da República, Nº 12 - 2840 - 486 Seixal Telf.: 212 276 100 Fax: 212 276 102

[www.cppme.pt](http://www.cppme.pt) - [facebookcppme](https://www.facebook.com/cppme) - [cppme.blogspot](http://cppme.blogspot) - [cppme@cppme.pt](mailto:cppme@cppme.pt)



# CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,  
Pequenas e Médias Empresas

existentes, nas actividades, bem como, por redução da taxa de IRC e reposição da taxa reduzida de 12,5 %, aplicável aos rendimentos até 12.500 euros.

d) Do apoio social, aos empresários com carreira contributiva mínima, quando por encerramentos forçados, inadiáveis e comprovadamente não fraudulentos, anacrónica e injustificadamente, ainda negado aos Micro e Pequenos Empresários, que, em contexto recessivo, se reveste da maior relevância.

e) O necessário e urgente saneamento financeiro, indispensável à reabilitação de um número significativo de empresas industriais com demonstrável viabilidade económica mas em situação de risco elevado, motiva a nova direcção da CPPME, a empenhar-se num eventual estabelecimento protocolar com o IAPMEI, a exemplo do que esteve na base do FINTRANS.

f) A criação de um grupo de trabalho que com o IAPMEI informe, simplifique e agilize, processualmente, na elaboração de " dossiers " que se constituam em veículo para aceder a Planos Extrajudiciais de Conciliação a muitos dos nossos associados em dificuldade, por incumprimento nomeadamente às Finanças e à Segurança Social, de modo a viabilizar a amortização de dividas, através de prestações suaves, comportáveis e despidas de encargos de carácter especulativo, é tarefa prioritária e de absoluta urgência.

**Portugal tem de produzir mais e importar menos!**

*Seixal, 26 de Novembro de 2015*